

Que resposta?

Existe resposta revolucionária para a crise actual? A pergunta tem de ser posta quando se toma consciência da profundidade da crise que o capitalismo mundial atravessa e quando, ao mesmo tempo, se verifica que o poder do capital não está a ser abalado na sua base política. Sem uma resposta dirigida para enfraquecer o poder, o capital fica com toda a margem para reedificar, com mais uma dose de violência, o mecanismo de exploração, cobrando pesados juros à massa trabalhadora.

Neste início de crise declarada assiste-se, com efeito, ao prolongamento da contradição central das últimas décadas: bloqueio da acção revolucionária num ambiente de crise geral do capitalismo. Mas não tem de ser assim. A debilidade que atinge todo o organismo capitalista abre campo à intervenção de grandes massas na política e à actividade revolucionária.

Partindo da evidência de que são tremendas as fraquezas políticas e organizativas da esquerda revolucionária, importa lançar a discussão sobre os caminhos políticos e práticos a seguir para ferir o sistema capitalista e não apenas para atenuar os efeitos nefastos da crise económica.

O quadro não ilude. Retrocesso nas condições de vida do proletariado, dos assalariados e das camadas pequeno-burguesas inferiores; agitação dos pequenos patrões atingidos pela crise; bloco dos partidos do capital para aplicação de medidas comuns de defesa do regime; reforço da intervenção policial – eis alguns dados da situação presente.

Como responder? Como renovar a combatividade das acções de massas? Como apoiar os trabalhadores (todos eles) na luta contra o desemprego e a pobreza? Como incentivar o protesto dos trabalhadores ou dos grupos da população sem sindicatos nem organização? Como demarcar as diferenças de interesses entre os assalariados e os pequenos patrões? Como denunciar o aumento da acção repressiva do poder?

MUDAR DE VIDA

jornal popular / apoio: 0,50€

Abril 2009 / número 15

Patrões: não pagaremos a vossa crise

Operários franceses não hesitam em sequestrar patrões e administradores para fazer valer os seus direitos

A presente crise do capitalismo é mais uma das muitas que o sistema superou na sua história, ou o que se passa é algo de novo, a ponto de os remédios do passado não servirem? Até agora a resposta dos trabalhadores tem sido defensiva, limitando-se a lutar pelo direito ao trabalho dentro do quadro capitalista, sem pôr em causa o sistema de exploração. Mas, aqui e ali, vendo que tais exigências por si sós são incapazes de fazer recuar o governo e o patronato, os trabalhadores lançam mão de formas de luta mais radicais. É o caso do sequestro dos patrões e administradores que tem ocorrido em França - e com um certo sucesso!

páginas 3 e 9



O director da 3M sequestrado em Pithiviers, França



Porta-voz da Resistência Nacional Iraquiana visitou o nosso país a convite do Tribunal-Iraque

“Cabe aos EUA mudar de política”

A ocupação do Iraque pelas forças dos EUA não é só militar. Sabemos desde início que se trata de um projecto muito mais vasto que tem a ver com todo o Médio Oriente e mesmo com o Mundo. Por isso as forças ocupantes se preocuparam em destruir o Estado e em destroçar as estruturas sociais iraquianas. **páginas 6-7**

As crises na era senil do capitalismo *pág.10-11*

Tribunais: estátuas aos delinquentes de colarinho *pág. 5*

O chauvinismo tem raízes fundas

Em 6 de Fevereiro publicámos no site do MV uma pequena notícia em que era apontado o facto de a crise do capitalismo estar a gerar, em trabalhadores de diversos países, reacções nacionalistas e de rejeição dos imigrantes. Referiam-se, como exemplo, casos verificados nos EUA, no Reino Unido e na Islândia. E sublinhava-se a importância de travar um combate ao nacionalismo que divide as classes trabalhadoras e que as torna instrumentos do capital em crise. Francisco Raposo respondeu com o comentário que a seguir transcrevemos. No final, uma réplica da redacção.

Os dramáticos eventos que se estão a desenrolar pelo mundo, provocados pela crise global do capitalismo, exigem dos revolucionários um redobrado cuidado na análise, a formulação adequada da intervenção possível. Este texto alerta para uma das potenciais características que emergem do período de profunda convulsão que atravessamos. Em todo o caso, creio ser de importância extrema uma leitura mais concreta e cuidadosa das notícias que circulam sobre dados eventuais. No caso específico das greves dos trabalhadores da construção civil em centrais de energia no Reino Unido, os dados disponíveis apontam para algo de muito mais crucial para o

movimento, isto é, que, pese embora no início imediato dos movimentos tenham sido afloradas posições nacionalistas e reacções no movimento, nem de perto essas foram e são as características gerais do movimento.

Com efeito, usando a frase de Gordon Brown, os trabalhadores contestavam o rebaixamento de condições de trabalho através do trabalho migrante. Aliás, durante o auge dessa movimentação, José Sócrates, no lançamento de obras no Alqueva, usou exactamente o mesmo tipo de frase, sem grande escândalo de ninguém.

A posição da nossa esquerda oficial foi, no mínimo, decepcionante (ver <http://socialismohoje.wordpress.com> sobre a decepcionante posição do Bloco de Esquerda). O determinante nesta luta foi a participação consciente e organizada dos socialistas revolucionários e marxistas que auxiliaram a extirpar do movimento a potencial ameaça racista e nacionalista, tendo sido expulsos pelos trabalhadores elementos do BNP que se deslocaram aos piquetes de greve. Ao mesmo tempo, nas negociações estabelecidas, os trabalhadores forçaram os empreiteiros a pagarem o mesmo salário e a atribuírem os mesmos direitos aos trabalhadores portugueses e italianos que, segundo a Directiva de Trabalho Externo poderiam ser pagos segundo a legislação italiana ou portuguesa. Na prática, e na luta, os



trabalhadores deste sector no Reino Unido, tornaram, mais uma vez, viva e concreta a velha consigna operária e revolucionária, "Proletários de todos os países Uni-vos!"

Francisco Raposo

Nada a dizer sobre o que FR refere acerca da intervenção de elementos socialistas revolucionários e marxistas nos acontecimentos no Reino Unido. Oxalá assim seja e que o exemplo prolifere. Mas parece-nos que, levado por este caso particular, FR diminui os riscos de crescimento das posições nacionalistas entre os trabalhadores – porque é isso que tende a acontecer numa situação de crise como a actual. O ambiente que se vive é contrário à concretização da consigna

marxista que FR enuncia dado o atraso político e organizativo do proletariado mundial. Para que os proletários de todos os países se unam é preciso que predominem no seu seio as ideias revolucionárias, que a conciliação de interesses com as classes dominantes em cada país deixe de ser a ideologia da maioria dos trabalhadores, que os operários do país deixem de ver nos operários estrangeiros seus concorrentes – e disponham dos meios de acção para que assim seja na prática. Ora, cremos estar de acordo em que falta muito para chegar a esse ponto. Por isso mesmo, o alerta principal deve ser o de denunciar o nacionalismo e o chauvinismo com que as burguesias procuram arregimentar o proletariado e não embaixarmos com pequenas acções, como se fossem a solução do problema.

A redacção

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart
Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Manuel Monteiro, Rita Moura, Urbano de Campos
Site David Raposo

Contactos

Rua João Ortigão Ramos,
19-4.ª A, 1500-362 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com
www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números (um ano)
Donativo mínimo, €15
Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar "Outras Operações" e "Transferências"), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

APOIOS

Vendas Lisboa.....€ 61,60
Vendas Nazaré.....€ 30,00
Donativos.....€ 10,00
Total.....€ 101,60

Crise capitalista

Que resposta dos trabalhadores?

Perante a crise do capitalismo, e as suas medidas brutais sobre o mundo do trabalho, qual tem sido a resposta dos trabalhadores para se oporem à ofensiva?

A reivindicação principal tem sido o direito ao trabalho dentro do quadro capitalista, sem pôr em causa o sistema burguês de exploração.

Esta reivindicação é acompanhada em alguns países – Inglaterra e Irlanda, entre outros – por posições chauvinistas, anti-imigrantes (“Trabalho primeiro para nós”).

As notícias que nos chegam das lutas nos países fortemente industrializados (na Europa e nos Estados Unidos, sobretudo), são escassas. Ou porque não são significativas, ou porque a imprensa burguesa esconde as poucas que existem. Mas pela internet é possível furar este boicote e ir conhecendo o que se passa no mundo.

Devido à profunda crise, e às suas incidências sobre os trabalhadores, é na Grécia que se têm verificado as lutas mais significativas e radicais. Em grandes manifestações, que acabam quase sempre em confrontos violentos com a polícia, as massas populares têm mostrado a

sua indignação com a desordem capitalista.

Também em Londres, em grandiosas manifestações contra os chefes capitalistas ali reunidos, foi patente a indignação dos trabalhadores e dos estudantes. A acção envolveu a ocupação de bancos e a destruição de instalações. De outros países (França, Estados Unidos, Espanha, por exemplo) chegam notícias de lutas localizadas de operários, estudantes, professores e trabalhadores de serviços.

Nalgumas delas, como sucedeu em França, os trabalhadores levaram a cabo acções destemidas. Em 26 de Março retiveram por 24 horas nas instalações da empresa 3M os administradores, que tinham acabado de anunciar o despedimento de 110 dos 235 trabalhadores, conseguindo que fossem abertas negociações sobre um assunto que era dado por encerrado. Também em meados de Março, os patrões da Sony França foram impedidos de sair da empresa depois de terem anunciado o encerramento para Abril.

Estes sinais de luta e resistência são, no entanto, insuficientes para travar a brutal ofensiva do capitalismo que procura resolver a crise à custa dos trabalhadores. Se alguns sectores



já contestam o sistema capitalista, sobretudo em alguns sectores estudantis, a grande massa trabalhadora não o contesta, esperando a resolução dos seus graves problemas de trabalho e de vida dentro do próprio sistema.

Mas uma faúlha pode incendiar a pradaria. Isto é: basta que o proletariado, e outros trabalhadores explorados, de um país capitalista se levantem em luta radical contra este sistema explorador para que outros

lhes sigam o exemplo.

Estejamos atentos, não na expectativa, vendo onde vão parar as modas, mas, dentro das nossas possibilidades, participando nas pequenas lutas, denunciando o sistema capitalista, a sua exploração e as suas falcatruas, incentivando os trabalhadores a não aceitarem esta ordem injusta. Porque, quando menos se espera, pode surgir a tal faúlha...

Manuel Monteiro

Abril-Maio As lições de 74-75 e a crise actual

A maior parte dos que levaram a cabo o golpe militar do 25 de Abril de 1974 pretendiam apenas estabelecer uma democracia formal e acabar com a guerra colonial.

Mas, derrubado o regime salazarento, os trabalhadores e a gente de esquerda deste país deram uma lição que hoje devia permanecer bem presente. Não ficaram como abúlicos observadores ou meros analistas dos acontecimentos.

Fizeram história pelas próprias mãos. Os trabalhadores e o povo vieram para a rua, correram com capitalistas e latifundiários, ocuparam fábricas, terras e casas. Geriram, eles próprios, empresas, cooperativas e unidades colectivas de produção. Ganharam liberdade, experiência, autoconfiança, aumento de salários e salário mínimo. Assumiram parte significativa do poder económico e político.

Mais tarde, sobretudo a partir do 25 de Novembro de 1975, os capitalistas e os seus homens de mão (além da direita tradicional, é de relembrar o nefasto papel desempenhado pelo PS) conseguiram inverter, pela força armada, o sentido dos acontecimentos, reassumindo o comando político e económico do país. Já devíamos ter aprendido – a burguesia tem uma experiência de séculos em reerguer-se, mesmo depois de pesadas derrotas. Assim, apesar da luta de trabalhadores e da gente de esquerda, conseguiu restaurar plenamente no país a sua ordem opressiva e exploradora.

Actualmente, com o agravamento da crise capitalista em todo o mundo, a burguesia não hesitará em recorrer a quaisquer meios, incluindo os violentos, para relançar o processo de acumulação. Em Portugal, já

com um enorme exército operário de reserva (são mais de 600 mil os desempregados efectivos), os capitalistas e o governo de José Sócrates, falam em “reestruturar” o sistema. Visam, na verdade, prosseguir a exploração em condições ainda mais desfavoráveis para os trabalhadores.

Procurarão tornar o trabalho ainda mais precário, diminuir os salários, limitar os direitos sindicais e de reivindicação, com um só fito: aumentar a taxa de mais-valia extorquida ao trabalho. O capitalismo “reestruturase” para explorar mais eficazmente.

Os exemplos de 1974 e 1975 deviam servir-nos hoje de lição decisiva. O futuro depende daquilo que hoje fizermos, da nossa luta ou do nosso comodismo. Deter ou não a ofensiva que o capital desencadeia para fazer frente à crise depende da luta que se travar entre as classes sociais envolvidas. Tudo decorrerá, como se viu há 35 anos, da disposição das classes trabalhadoras em defenderem os seus interesses próprios. Foi isso que modificou então a face do país.

Hoje, apesar da situação desfavorável que atravessamos, o mesmo se põe. Os trabalhadores só têm uma via de resposta: as acções de rua, a luta determinada, a disposição a não abdicar de direitos, a organização a partir da base nos locais de trabalho e de estudo, a coordenação das lutas por todo o país (reforçando as estruturas sindicais e outras existentes e criando as que se mostrem necessárias para o efeito). São estas as condições para responder à crise económica e social que está desencadeada.

Pedro Goulart

Denúncia

Estão a pôr a nossa vida em risco

Este é mais um dos numerosos casos que merecem ser denunciados no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde. Porque cada caso destes põe em risco a vida de um cidadão.

Em 2000 fui hospitalizado em estado grave e fui-me diagnosticada uma miocardiopatia dilatada. Na altura estive internado por duas vezes no Hospital de Santa Maria e chegou a aventar-se então a hipótese de um transplante cardíaco. Depois, o cuidado e a persistência médicas conseguiram estabilizar favoravelmente a situação, recorrendo a uma elevada carga de medicamentos. Aqui, é justo salientar o comportamento eficiente e humano dos médicos e serviços que me receberam e trataram.

A partir de então fui acompanhado com regularidade, continuando a tomar diariamente uma forte dose de medicamentos e mantendo uma consulta da especialidade no referido hospital (para controlo da situação), de seis em seis meses (com observação de análises e exames diversos). Contudo, a partir de Novembro de 2007 (e passado em branco todo o ano de 2008)



não tive mais nenhuma consulta da especialidade, visto que a consulta marcada na altura foi sendo sucessivamente adiada (já o foi por cinco vezes). O último adiamento aponta uma consulta para Maio deste ano. Está quase a completar-se um ano e meio sem qualquer consulta da especialidade.

Será este um dos índices de qualidade de saúde que o Ministério da Saúde pretende? Será que mais uma reorganização dos Serviços, nomeadamente a criação do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, de que se queixam doentes e médicos, tem a ver com o agravamento da situação? Posso provar com documentos o

que ora afirmo. E pergunto: será que as orientações governamentais para a saúde, assim como as aplicações que delas se fazem localmente, para além de pretendem poupar dinheiro no imediato, procuram afastar os doentes para o sector privado? Mas, como a maior parte dos portugueses não pode pagar as consultas e os internamentos no privado, o que se está a fazer é, objectivamente, contribuir para abreviar a morte dos doentes, o que tem outra vantagem monetária para o Estado – gasta menos dinheiro com as reformas dos trabalhadores!

PS (Utente do SNS identificado)

200 mil na rua não são argumento?

Se os protestos dos trabalhadores forem mais contundentes, o governo acabará por ouvi-los

Quando Vieira da Silva desvalorizou a manifestação da CGTP do dia 13 de Março, dizendo que não havia alternativa às medidas do PS (“investir mais e trabalhar com as empresas, para garantir emprego”) ou Pedro Adão e Silva afirmou que “a manifestação de ontem é um exemplo de mobilização política do movimento sindical sem uma componente visível de conflitualidade laboral”, cumpriram o seu papel de batedores de Sócrates, preparando a opinião pública para aquilo que o chefe viria dizer a seguir sobre a manifestação.

No final de uma visita a Cabo Verde, e interrogado pelos jornalistas sobre a manifestação da CGTP, o primeiro-ministro afirmou, entre outras coisas: «Não quero discutir o número de participantes, até porque o número não é argumento. Lamento mas discordo dos dirigentes sindicais que organizam manifestações desse

tipo, porque não é solução para nenhum dos problemas. (...) Lamento que nessas manifestações não existam argumentos, mas apenas acusações e insultos. Lamento que organizações sindicais se limitem ao insulto e ao insulto pessoal, chamando-me mentiroso”. Finalmente, Sócrates acusou ainda os sindicatos de se «deixarem instrumentalizar» na convocação de manifestações contra o Governo «pelo PCP e Bloco de Esquerda». Ao desprezar o número de manifestantes, ao armar-se mais uma vez em vítima, ao considerar que os protestos contra o aumento do desemprego, da precariedade e do empobrecimento (assim como contra os salários e pensões de miséria), são apenas insultos e não argumentos sérios, José Sócrates confirma-se, sem surpresa, como alguém ambicioso e arrogante. Com as suas afirmações sobre a

instrumentalização dos sindicatos, presente o que provavelmente o espera dentro de pouco tempo – a perda da maioria absoluta. Mas Sócrates fala sobre a instrumentalização dos sindicatos da CGTP (e pouco depois aparece na televisão a discursar durante um Encontro da tendência socialista da UGT), não porque defenda a autonomia das classes trabalhadoras face ao poder político e aos partidos, mas sim por pretender a subordinação dos trabalhadores às orientações do governo e aos interesses do capital. A confusão entre razões e argumentos é propositada por parte do primeiro-ministro.

Razões, há-as de sobra para os protestos. E argumentos também. O que talvez seja necessário é que os argumentos dos trabalhadores sejam mais contundentes. Então, o Governo obrigatoriamente ouvi-los-á!

Pedro Goulart

Utentes sem médico de família

Só na cidade de Lisboa são mais de 100 mil as pessoas sem médico de família. Duplicaram entre 2004 e 2007. Isto deve-se, sobretudo, ao aumento de inscritos nos Centros de Saúde e à diminuição (em 8%) do número de médicos de clínica geral nestes Centros. Igualmente, e no mesmo período, o rácio do número de inscritos por cada médico de clínica geral subiu 14% (passou de 1582 para 1837). Os factos são teimosos, contradizem a propaganda do governo.

Vesticon: 200 empregos em risco

A administração das confecções Vesticon, em Tortosendo, concelho da Covilhã, pediu a insolvência da empresa, colocando em risco o emprego de centenas de trabalhadores. A fábrica, que produz calças e casacos e emprega cerca de 200 trabalhadores, já tem salários em atraso e os seus principais credores são instituições públicas. Daí que os trabalhadores esperem do governo um apoio à situação crítica que se vive na empresa.

De salientar ainda que o concelho da Covilhã já tem hoje uma taxa de desemprego bastante elevada (12%).

Protesto na CM de Lisboa

Os trabalhadores da limpeza de Lisboa estão de novo a ser alvo de ataque por parte do executivo da Câmara Municipal que tenta impor um novo horário de trabalho e a alteração do dia de descanso semanal obrigatório. Como sublinha um comunicado do Sindicato datado de 1 de Abril, a legislação obriga à consulta das estruturas sindicais e à afixação do novo horário com 7 dias de antecedência. Em violação desta disposição, a afixação foi feita na tarde de 31 de Março para aplicação a 1 de Abril. “Isto é inaceitável!”, diz o comunicado, que prossegue: “Somos homens e mulheres e não máquinas que podem ser reprogramadas em poucas horas. Respeitar a legislação é uma obrigação! Em toda a sua amplitude”.

Visteon despede

A Visteon, fábrica de componentes para o sector automóvel, em Palmela, decidiu um despedimento colectivo de 72 trabalhadores e a aplicação de *lay-off* a outros 35 (dos mais de 1.300 trabalhadores da empresa), durante 6 meses. Mais de 70% dos despedimentos é de mulheres, que se consideram discriminadas, visto terem metido baixas devidas, sobretudo, a doenças contraídas na linha de montagem. Os operários, que se manifestaram no dia 10 de Março à entrada das instalações da Visteon, estão convencidos que a administração da empresa quer é livrar-se dos trabalhadores efectivos e, posteriormente, substituí-los por precários.

Cavaco impotente

À porta da Câmara Municipal de Barcelos estavam várias dezenas de trabalhadores, que confrontaram Cavaco Silva com o problema do desemprego em Portugal. Entre eles, trabalhadores despedidos da Tor e da Carfer. Cavaco disse então: “deixo-vos a minha solidariedade... mas não tenho mais para dar”. Um ingénuo podia interrogar-se: para que serve um Presidente da República se é incapaz de contribuir para uma efectiva resolução deste grave problema? Mas um observador mais atento sabe que tanto Cavaco Silva como José Sócrates são co-responsáveis desta situação, dado o seu papel de gestores do actual sistema.

Mangualde: *lay-off* na Peugeot-Citroen

Esta empresa do sector automóvel pretende entrar em *lay-off* durante seis meses, depois de ter despedido 500 trabalhadores já este ano. É uma iniciativa da administração que se segue a uma efectiva perda de direitos e empregos dos trabalhadores nos últimos tempos de vida de uma fábrica que recebe apoios do Estado. Grande parte dos trabalhadores da empresa pode ser obrigada a entrar neste processo, perdendo cerca de 25% do salário. Será que esta é a última etapa de um processo que leva ao encerramento da empresa?

Tribunais: o regabofe



A primeira vista, parece ser um sinal animador, este de ser acusado de homicídio por negligência um agente da PSP que baleou na cabeça, a um metro de distância um jovem de 14 anos, presumível delinquente e presumivelmente armado. Em toda esta presunção, o agente não hesitou – agora o juiz de instrução do processo entende que ele foi “negligente”. Alguma satisfação havia que dar aos habitantes da Quinta da Laje e do Casal de Santa Filomena, que na altura se manifestaram contra o homicídio. Acontece que a acusação por “negligência” já trai um empenho em minimizar a responsabilidade do agente. Este é um processo a

acompanhar com vigilância e mobilização, porque nada garante o castigo severo que seria necessário para dissuadir tantos outros polícias de gatilho fácil.

A bem dizer tudo denuncia o contrário desse castigo: são já incontáveis os casos de pessoas mortas por agentes da polícia nos últimos anos. Para alguns, inventou-se alguma desculpa mais ou menos esfarrapada e ajeitou-se os factos para justificar uma “legítima defesa” do agente, com frequência altamente duvidosa. Para outros, a desfaçatez foi ao ponto de admitir que as vítimas não eram criminosos nem representavam qualquer ameaça (caso Toni, em Setúbal). Nesse caso, enveredou-se pela versão do “acidente”, para exonerar o homicida de responsabilidades. Pior ainda foi o caso já distante, mas indelével, em que o presumível traficante de etnia cigana Romão Monteiro foi assassinado pelo agente Domingos Antunes, durante uma sessão de tortura, com execução simulada. Embora os colegas tenham tentado encobri-lo com a história mirabolante de um “suicídio” (com a arma do agente!), a PSP viu-se depois obrigada a admitir os factos e a expulsar Antunes. Se ele hoje se encontra reintegrado e ao serviço, a responsabilidade cabe neste caso ao tribunal que o julgou e que mandou anular a expulsão.

Não nos enganemos, portanto, com uma acusação o mais inócua que podia ser, quando ainda a procissão vai no adro. Dos tribunais que

temos não se pode esperar qualquer campanha de “mãos limpas”, nem para a polícia, nem para a política. Veja-se o caso escandaloso do corruptor Domingos Névoa, da Bragaparc: foi condenado a uma multa de 5.000 euros, pagável em suaves prestações, por ter tentado corromper um vereador com 200.000 euros. *Peanuts*, portanto. Não admira que Névoa tenha saído do tribunal a rir-se e a dizer que iria continuar a fazer o mesmo no futuro. Depois, o “herói” foi ainda homenageado pelo município bracarense (maioria PS) com um lugar de responsabilidade à frente da Braval, empresa inter-municipal de recolha de lixo. Ao clamor que se levantou, respondeu que não iria auferir qualquer vencimento. Daqui, pode-se imediatamente extrair duas conclusões. Primeira: os autarcas autores da nomeação, ao darem tal poder a um corruptor de autarcas, quiseram encorajá-lo a continuar no mesmo caminho (para bem de todos?). Segunda: que Névoa não precisa de auferir vencimento para fazer daquele poleiro uma suculenta fonte de proveitos (quem falou em tráfico de influências?)

Dir-se-á que não foram os tribunais a colocar Névoa à frente da Braval. Certo: mas é a banalização do crime pelos tribunais, a condenação irrisória dos Névoas ou a absolvição dos Ferreira Torres, que dá o sinal para se erigirem estátuas aos delinquentes de colarinho, enquanto a polícia se ocupa a matar a tiro presumíveis pilha-galinhas.

António Louçã

Tortura nas esquadras de polícia e nas prisões

Não. Não se trata de qualquer organização “esquerdista” ou “anarquista” a denunciar a situação. É o próprio “Comité de Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes” do Conselho da Europa, que esteve recentemente em Portugal e que considera que, desde há 6 anos, quando cá esteve pela última vez, nada mudou. Afirmo que continuam os maus-tratos nas cadeias portuguesas e a tortura nos interrogatórios policiais.

Este Comité registou, em 2008, “numerosas alegações” de maus-

tratos nas esquadras, postos e prisões de Portugal. Tudo serve para agredir ou amedrontar: cassetetes, listas telefónicas ou armas de fogo. O Comité cita o caso de um detido em Monsanto que, ao sair do isolamento, foi espancado por vários guardas até perder a consciência. Mais, refere que numa visita a instalações da PJ foram encontrados na sala de interrogatórios bastões de basebol, mocas e uma pistola de plástico. Quem conheça por dentro as esquadras e as cadeias portuguesas sabe como essas coisas são

verosímeis. Uma maior instrução e polidez de alguns agentes não é suficiente garantia do respeito pelos direitos dos cidadãos. E também é habitual assistirmos à negação destas sevícias por parte de quem as pratica sem que isso cause muitos engulhos ao pessoal do aparelho jurídico ou ao governo português. Este ambiente gera necessariamente situações de revolta e o caso dos “25 de Caxias”, cujo julgamento é retomado a 2 de Abril, no Tribunal de Oeiras, pode ser considerado como um exemplo disso.

Carlos Completo

Representante da Frente Nacional da Resistência Iraquiana visita Portugal

Cabe aos EUA mudar de política

A convite do Tribunal-Iraque, e com o apoio da CGTP e do CPPC, esteve no nosso país entre 5 e 8 de Abril o dirigente e porta-voz da Frente Nacional da Resistência Iraquiana Abu Mohamad. Nos contactos com diversas organizações, deu conta da situação actual no Iraque, relatou as acções da resistência contra a ocupação e expôs o programa político defendido pela Frente Nacional

No dia 5, Abu Mohamad foi recebido pela comissão organizadora do Tribunal-Iraque, realizando depois um encontro com activistas e organizações empenhados na luta contra a ocupação do Iraque, em que o «Mudar de Vida» esteve presente.

Nos dias seguintes, Abu Mohamad foi recebido pela CGTP-IN, pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, pelo Bloco de Esquerda, pelo Partido Ecologista Os Verdes, pela direcção da Associação 25 de Abril, pelo PCP e pelo grupo parlamentar do PS.

Abu Mohamad deu ainda entrevistas ao *Expresso* e ao *Diário de Notícias*.

Apresentamos as principais passagens da exposição feita por Abu Mohamad.

Uma ocupação não só militar

A ocupação do Iraque pelas forças dos EUA não é só militar. Sabemos desde início que se trata de um projecto muito mais vasto que tem a ver com todo o Médio Oriente e mesmo com o Mundo. Por isso as forças ocupantes se preocuparam em destruir o Estado e em destroçar as estruturas sociais iraquianas.

Tal projecto procurou implantar instituições, modos de vida, práticas políticas trazidas pelos ocupantes norte-americanos.

O governo e o parlamento iraquianos impostos pelos EUA, as polícias e as forças armadas iraquianas treinadas e mantidas pelos EUA são instrumentos ao serviço daquele projecto de dominação. O mesmo se pode dizer das leis, dos tratados, dos acordos impostos pelos ocupantes – são meios destinados a garantir os interesses dos EUA no Iraque. Como se sabe, o primeiro objectivo dos EUA foi controlar o petróleo iraquiano. No sistema económico que está montado no mundo de hoje, o petróleo desempenha um papel crucial. Quem controla o petróleo controla o abastecimento da energia em todo o mundo. Qualquer bocado de pão sobre a mesa depende hoje, de uma forma ou de outra, do petróleo. Ora o Iraque tem as segundas, possivelmente até as primeiras, reservas de petróleo do planeta.

A razão de ser da resistência

A resistência iraquiana nasceu para combater a ocupação e, portanto, faz frente a este projecto de dominação global por parte do imperialismo norte-americano.



O sucesso da resistência foi conseguir colocar fortes entraves aos planos dos EUA. Os EUA estão presentemente paralisados no Iraque e sem soluções para o problema que criaram. Bastam-me os números reconhecidos pelo Pentágono para ilustrar a situação: 4.500 soldados norte-americanos mortos, 40.800 feridos, 3.000 suicídios, milhares de outros afectados com problemas mentais.

Os nossos números, isto é, da resistência, são bastante mais elevados, e é fácil compreender porquê: o Pentágono não contabiliza as baixas dos seguranças privados, dos mercenários, das milícias armadas pelos EUA, que efectivamente fazem parte das forças ocupantes e que por isso são também alvo das acções militares da resistência. Esta tropa irregular, digamos, atinge neste momento um número superior a 200 mil efectivos, mais que os 140 mil *marines* que constituem a tropa regular dos EUA no Iraque. Pode dizer-se que a crise económica que hoje afecta o mundo vem em parte da guerra no Iraque. O gasto com as forças dos EUA enviadas para o Iraque mede-se em milhões de dólares por cada hora que passa. Há neste facto uma razão suplementar para pôr fim à agressão: todo o mundo está a ser afectado, também por isto, com a guerra que os EUA conduzem no Iraque há mais de seis anos.

Os resultados da “democratização”

A resistência representa e tem o apoio efectivo

da grande maioria da população iraquiana. Basta atentar nos números da desgraça que atinge os iraquianos para se perceber que ninguém pode estar do lado da ocupação.

Mais: para se entender que todos os iraquianos vêem na ocupação a origem desta desgraça. O que se passa é uma tentativa de colonização do Iraque pelos EUA com efeitos devastadores, como certamente conhecem: um milhão e meio de mortos, 5 milhões de refugiados e deslocados, mais de 5 mil quadros e intelectuais assassinados de maneira programada, 5 milhões de órfãos e 3 milhões de viúvas, centenas de milhares de presos dos quais só uma ínfima parte tem visitas. Não há serviços públicos. Não há medicamentos nem meios de saúde para tratar dos doentes. Por causa das horribéis condições sanitárias (falta de água potável e de tratamento de esgotos) as doenças contagiosas que antes tinham sido erradicadas voltaram a crescer imenso: por exemplo, há 10 mil casos de cólera por ano.

A contaminação causada pelo urânio multiplicou por 10 os casos de cancro.

A economia foi completamente desfeita. Não existe agricultura, todos os bens alimentares são importados de países vizinhos. As fábricas foram metodicamente desmanteladas e a maquinaria transportada não se sabe para onde. O desemprego atinge 52%. O petróleo é roubado em bruto sem qualquer controlo.

É isto a ocupação, é isto o processo político posto em prática no Iraque a que os norte-americanos chamam “democratização”. E é contra isto que a resistência se bate.

O programa político da Frente Nacional

A Frente Nacional Iraquiana, que eu represento, é a face política da Resistência Nacional Iraquiana.

A FNI/RNI é uma formação que reúne uma trintena de organizações militares, organizações políticas contrárias à ocupação e ainda organizações islâmicas moderadas. Representamos uns 90% das forças da resistência à ocupação. Existem também outras forças que combatem militarmente os ocupantes, agrupadas na Frente Islâmica, com a qual temos contactos mas não partilhamos do mesmo programa político. O ponto comum é o combate à ocupação.

O programa da FNI é democrático e laico. Digamos que tem duas partes: uma que se refere à fase actual, sob ocupação; outra que diz respeito ao Iraque pós-ocupação.



Médio Oriente: ocupação e resistência

Colóquio por ocasião dos 6 anos da invasão do Iraque

Médio Oriente: ocupação e resistência foi o tema do colóquio realizado em Lisboa no dia 28 de Março, no auditório do Sindicato dos Professores da

Grande Lisboa.

A resistência iraquiana foi abordada no quadro da situação no Médio Oriente, tendo sido dada também atenção especial à Palestina, foco de mais de 60 anos de luta por direitos nacionais. A iniciativa partiu do Tribunal-Iraque, da CGTP e do CPPC, e contou com o apoio do Movimento Democrático de Mulheres, da Associação Abril, do Movimento para a Paz na Palestina (MPPM), do Comité de Solidariedade com a Palestina, da Associação José Afonso, do Colectivo Múmia Abu-Jamal, do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e da FENPROF.

Um primeiro painel, conduzido por Guadalupe Magalhães, presidente da Associação Abril, foi subordinado ao tema "Violações do direito inter-nacional. Criminosos e cúmplices".

Eduardo Maia Costa, magistrado – responsável pelas Acusações formuladas nas duas audiências do Tribunal Mundial sobre o Iraque realizadas em Portugal, em 2005 e em 2008 – tratou das violações do direito internacional cometidas pelos EUA no sistema prisional que montaram pelo mundo fora, designadamente em Guantánamo, a pretexto da luta contra o terrorismo. Seguiram-se André Levy, investi-gador, que falou sobre "Os voos da CIA e a colaboração de Portugal e da UE"; o coronel Mário Tomé, que abordou "O uso de novas armas e de armas proibidas no Iraque, no Líbano e em Gaza"; e Manuel Raposo, membro do Tribunal-Iraque, que se referiu à "Colaboração portuguesa nas agressões imperialistas".

Um segundo painel, conduzido por Júlio Magalhães, membro do MPPM, tratou do tema "Terror de Estado. O terror sobre as populações como estratégia programada".

O historiador António Louçã, membro do Comité de Solidariedade com a Palestina, falou sobre o processo de limpeza étnica em curso na Palestina; Sandra Benfica, membro do CPPC, abordou "O embargo ao Iraque e o bloqueio a Gaza, preparativos das acções militares"; Carlos Carvalho, dirigente da CGTP, deu um quadro sobre "A situação das classes trabalhadoras no Iraque e na Palestina"; e, a finalizar, Regina Marques, do MDM, falou sobre "A situação das mulheres nos teatros de guerra".

No final de cada um dos painéis teve lugar um debate com a assistência.

Na situação presente, defendemos a retirada total e incondicional das forças ocupantes, condição primeira para a devolução da soberania ao país; o reconhecimento pelos EUA dos direitos do povo iraquiano; a libertação de todos os presos políticos; a anulação das leis e tratados impostos pelos ocupantes; o reconhecimento do direito do Estado e do povo iraquianos a serem indemnizados.

Uma vez liberto o país da ocupação, defendemos um período transitório com um governo provisório que seja encarregado de preparar as condições de um novo regime. Nesse período deverá ser redigida uma nova constituição e realizadas eleições livres, com a participação e todas as forças políticas, para referendar a constituição e escolher um novo parlamento e um novo governo.

Barack Obama: promessas e realidades

O presidente Barack Obama anunciou recentemente o propósito de devolver o Iraque "ao seu povo". Durante a campanha eleitoral, e já depois, fez também promessas de retirar parte das tropas dos EUA e de respeitar a lei internacional. Muito bem. Mas há umas quantas omissões nas declarações de Obama a que prestamos muita atenção.

Uma delas é saber quem considera Obama os representantes do povo iraquiano. Se pensa que é o governo instalado por Bush em Bagdade então está muito enganado, porque esses representam os interesses dos EUA, não dos iraquianos.

Importa também saber como pensam os EUA respeitar a lei internacional: à luz da Carta das Nações Unidas e do direito internacional a invasão do Iraque foi e permanece ilegal. Legítima, à luz dos mesmos preceitos, é a resistência iraquiana por se opor a uma ocupação ilegítima. Ou seja, respeitar o direito internacional significa reconhecer a resistência e estabelecer com ela, e com mais ninguém, negociações para normalizar a situação no Iraque.

Obama propõe-se reduzir as tropas estacionadas no Iraque dos actuais 140 mil efectivos para 35 ou 50 mil, até final de 2011. Mas aqui levantam-se três questões: qual é o destino destes 35 ou 50 mil? E o que pensa fazer com os mais de 200 mil mercenários que existem actualmente no Iraque, e sobre os quais não disse uma palavra? E o que vai ser feito das 50 bases militares norte-americanas instaladas em território iraquiano?

Cabe aos EUA mudar de política

Não comparamos Obama com Bush. Mas sabemos que o presidente dos EUA representa os interesses do seu país, e foram esses interesses que em determinado momento levaram à invasão do Iraque. As questões políticas que levantamos têm de ser respondidas com clareza. Enquanto isso não suceder não há razões para abandonar a resistência e prosseguiremos com ela até atingirmos os nossos objectivos – que não são mais do que libertar o Iraque.

Cabe aos EUA alterar o seu comportamento: se reconhecerem os direitos do povo iraquiano, então estamos dispostos a entabular o diálogo que for necessário para discutir os termos da retirada norte-americana com o objectivo de devolver a soberania ao Iraque e fazer dele um país livre e democrático.

Precisamos do vosso apoio

Com o fim da ocupação teremos condições para reconstruir o Iraque com as nossas próprias forças, tanto nos aspectos materiais como sociais. Esta é a condição de partida.

A ajuda de que precisamos da parte dos amigos portugueses, e de todos os outros países, consiste sobretudo no apoio político à nossa causa de libertação. O meu apelo vai no sentido de fazerem pressão sobre os vossos governos para que não apoiem a política até agora seguida pelos EUA e para que convençam os responsáveis norte-americanos de que têm de mudar de rumo e abordar as forças da resistência iraquiana.

Manuel Raposo

Quem faz um cesto faz um cento

Alcochete, resorts e outlets



A frente ribeirinha de Alcochete, entre a vila e a Ponte Vasco da Gama, foi usada desde os anos cinquenta para a seca do bacalhau. Ainda lá se encontram as velhas instalações, agora abandonadas, perdidas numa vasta zona alagadiça onde nidificam e vivem milhares de aves. Devido a ser uma área de alta sensibilidade ambiental encontra-se incluída na Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo e integra a Rede Natura. A legislação proíbe nesta zona todas as actividades que alterem as características actuais.

Tornear a lei

Mas a legislação é uma coisa que se contorna com facilidade, jeitinho e alguma habilidade, desde que se conte com os amigos certos. Pode-se, por exemplo, escolher uma zona de reserva ecológica ou redesenhá-la à medida das necessidades dos patos bravos do betão armado. Não foi a primeira vez nem há-de ser a última. Deve ter sido isto que pensou o empresário Manuel Pedro, agora a contos com a justiça no Caso Freeport, quando se lembrou de construir hotéis de luxo nas zonas ocupadas pelas antigas secas do bacalhau de Alcochete.

A zona esteve quase a ser expropriada pelo Estado para se fazer a sua “renaturalização” como compensação pelo impacto ambiental da Ponte Vasco da

Gama. Mas Manuel Pedro tinha outros projectos para o local. Vai daí, moveu influências junto dos ministérios para que a expropriação não afectasse estes terrenos. E, claro, conseguiu. Apenas as salinas foram expropriadas mantendo-se os restantes terrenos na posse de privados. Uma dessas secas, a do Pescal, pertence mesmo a uma empresa sua, denominada Sociedade Europeia de Aquacultura.

Os amigos certos

Com mais um jeitinho, a Câmara também ajudou e classificou no Plano Director Municipal (PDM) a área como destinada a fins de «recreio e lazer». Sim, uma zona tão bonita na frente ribeirinha do Tejo merece ser requalificada com circuitos pedonais, ciclovias e quem sabe até com a recuperação das secas do bacalhau para eco-museus. Mas não era nisto que Manuel Pedro pensava. Para ele, recreio e lazer significam investimentos e cifrões, ou seja, empreendimentos hoteleiros de luxo. No entanto, torcer a lei e convencer tantos departamentos e técnicos do ambiente que hotéis e galerias comerciais não vão perturbar nem o ecossistema, nem as áreas de nidificação das aves do estuário pode apresentar alguma dificuldade. Nada que não se ultrapasse indo buscar as pessoas certas. O empresário procurou assim a ajuda de um antigo presidente do Instituto de

Conservação da Natureza (ICN). Carlos Guerra, que tinha estado à frente do Instituto até 2002 e tinha ajudado a viabilizar o Freeport também haveria de dar uma mãozinha aqui. Logo que abandonou o ICN, Carlos Guerra foi contratado por Manuel Pedro. A sua missão foi elaborar os pareceres que viabilizam a construção de um hotel de cinco estrelas, mais um hotel de apartamentos e um aldeamento turístico no local onde existiram as antigas secas do bacalhau.

O polvo

São apenas 119 apartamentos no Pescal, mais um aparthotel com 81 apartamentos e um aldeamento com 56 apartamentos em banda e 25 moradias além de uma galeria comercial. A capacidade de instalação fica para cima do milhar de camas em edifícios de dois e três pisos. Enfim, nada que perturbe por aí além o ecossistema. Os projectos já têm pareceres favoráveis de todas as entidades consultadas. Neste polvo também entra a empresa americana Sulway que participou nas trocas e baldrocas dos terrenos que entretanto foram passando de mão e ainda o arquitecto Capinha Lopes o mesmo que foi responsável pelo Freeport. E pronto já está tudo tratadinho. Afinal os resorts até ficam próximo do outlet, a máfia é a mesma e quem faz um cesto faz um cento.

Ismael Pires

Vitória dos mineiros da Panasqueira

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, devido à acção dos trabalhadores, a Beralt foi obrigada a passar a efectivos 70 contratados a prazo e a realizar os indispensáveis exames médicos a trabalhadores que há anos os não faziam. Igualmente, os mineiros viram reconhecido o direito ao descanso compensatório pelas horas suplementares realizadas. Como a administração da empresa pretende retaliar pela derrota sofrida, recuando nas propostas já apresentadas, nomeadamente sobre os aumentos salariais, a luta dos trabalhadores vai prosseguir.

Evolução na continuidade

Nuno Severiano Teixeira, ministro da Defesa, disse ao jornal Público que o compromisso de José Sócrates na recente cimeira da Nato, “implica um reforço significativo das forças portuguesas” no Afeganistão. Assim, o governo de José Sócrates, na continuidade do governo de Durão Barroso, propõe-se intensificar o apoio à política imperialista dos EUA no Afeganistão, agora sob a batuta de Barack Obama. O governo arranja dinheiro para esta política criminoso, enquanto lhe falta dinheiro para apoio aos trabalhadores em dificuldades!

Cooperação?

A Lactogal, a maior empresa de lacticínios da Península Ibérica, paga ordenados entre os 410 mil e 900 mil euros aos seus administradores. Mas os produtores de leite, que recebiam 30 cêntimos por litro, vão passar a receber agora apenas 26 cêntimos (perdem 4 cêntimos por litro). Isto, a pretexto do decréscimo verificado na procura de leite. Quer dizer, a “crise”, aqui também, é só para a produção! Para uma empresa que funciona segundo a “lógica cooperativa”, este aumento do fosso entre os rendimentos dos administradores e os rendimentos da produção ajuda-nos a melhor compreender algumas das mistificações e contradições do capitalismo.

Patrões, não pagaremos a vossa crise!

Trabalhadores franceses põem em prática formas radicais de luta

Nesta fase em que as relações capital/trabalho se vão agudizando e que não se sabe para qual dos dois lados vai tender a superação da crise – revolução ou contra-revolução – o patronato, com o apoio do Estado, lança novos planos de “reestruturação”, novos “planos sociais”, que não são outra coisa que a destruição maciça de trabalho. O desemprego surge como um flagelo que fustiga de alto a baixo os trabalhadores de todos os sectores económicos, produtivos e não produtivos, como se assistíssemos ao irresistível desmoronar de um imenso castelo de cartas...

3 milhões nas ruas

Mas, pouco a pouco, a resposta dos trabalhadores vai surgindo com determinação: *patrões, não pagaremos a vossa crise!*

As manifestações nacionais de 29 de Janeiro e 19 de Março paralisaram o país e puseram na rua, de cada vez, mais de 3 milhões de trabalhadores dos sectores público e privado. Uma resposta oportuna, um grande sucesso! Um sucesso apenas ensombrado pelas tentativas de enquadramento sindical, que tenta canalizar o movimento para a mesa das negociações em presença de todos os “parceiros sociais”, em vez de chamar a massa para a greve geral ou outra forma de luta superior como o sugerem, aqui e acolá, os trabalhadores revolucionários nos plenários.

A resposta do poder é a repressão

A contra-resposta do governo não deixa margem para dúvidas: repressão, repressão!

Conscientes da agudização do combate de classe, os trabalhadores têm vindo a denunciar com uma certa constância tal perigo. *“Police partout, justice nulle part!”* (Polícia por todo o lado, justiça em nenhum lado) – grita-se em todas as lutas e manifestações, e em particular desde que a classe dominante escolheu como seu principal estratégia político o neobonapartista Sarkozy. A polícia e o exército (únicos sectores que oferecem “trabalho” aos proletários) invadem todo o espaço público. A intimidação policial e

judicial e a criminalização da luta social – eis o único plano rigoroso do Estado. Tudo o mais é gesticulação para tentar dar crédito à ideia de que o governo, e em especial o seu principal governante, são providenciais, «salvadores do emprego» e defensores do «bem comum»...

Luta histórica em Guadalupe

Todos os sectores se encontram mobilizados, com um relevo muito especial para a Universidade, em luta desde 13 de Janeiro contra as reestruturações que põem em perigo o ensino superior como serviço público. A ronda infinita dos obstinados, como se denominam os estudantes em luta, multiplica greves, ocupações, sequestros e organiza, hoje mesmo (8 de Abril) a décima manifestação nacional. Os 38 dias de greve geral na ilha de Guadalupe contra a *“pwofitasyon”* (exploração), dirigida pelo colectivo do 5 Fevereiro 2009, foram uma luta histórica que rematou com uma vitória incontestável: governo e patronato recuaram e satisfizeram nada mais nada menos que 236 reivindicações. E sobretudo, o campo popular unificou-se no seio do PKLS, uma frente inédita que reúne partidos, sindicatos e associações na base dum programa de reivindicações comum que abrange todos os sectores da vida económica e social!

O sequestro dos patrões

Como a greve, a manifestação de rua, a negociação sindical por si sós se revelam incapazes de fazer recuar o governo e o patronato, os trabalhadores, e em particular os operários, lançam mãos a uma forma de luta mais radical: o sequestro dos patrões! E com um certo sucesso!

A partir de Março, esta passou a ser a resposta usual dos trabalhadores ao encerramento de empresas e aos despedimentos. A 13 de Março, o director geral da fábrica Sony France de Pontonx-sur-l’Adour (Landes) é sequestrado, os 311 operários despedidos exigem indemnizações idênticas às dos seus camaradas da fábrica de Ribeauvillé (Haut-Rhin).



De 24 a 26 de Março, o patrão da 3M (Pithiviers no Loiret), empresa química e de produtos farmacêuticos que emprega 235 operários, é sequestrado depois de anunciar a supressão de 110 postos de trabalho e a deslocalização de 40 outros. A 31 de Março, o nababo François-Henri Pinault, presidente do grupo PPR (Fnac, Printemps, Conforama) é sequestrado dentro do seu táxi numa rua de Paris por 80 trabalhadores que o aguardavam à saída da reunião do Comité de Empresa europeu do grupo. Pinault já tinha anunciado um “plano de economias” que ira suprimir 1.200 postos de trabalho na Fnac e na Conforama.

No mesmo dia, várias centenas de operários ocupam a sede da empresa Caterpillar France e sequestram o director-geral e quatro quadros dirigentes. O grupo norte-americano, que emprega 113 mil trabalhadores no mundo inteiro, vai suprimir 24 mil postos de trabalho. Em França, sob pretexto de uma quebra de 55% nas encomendas, o grupo despede 733 dos 2.500 trabalhadores das fábricas de Grenoble e Echirolles.

Vulneráveis

Esta vaga de sequestros vai de vento em popa, tanto mais que nestas circunstâncias os patrões são muito mais vulneráveis e reconhecem rapidamente a legitimidade total ou parcial das reivindicações. E isto apesar das ameaças proferidas por Sarkozy (convém saber que o sequestro, mesmo breve, é

punido pela lei com uma pena de 5 anos de prisão e uma multa de 75 mil euros).

Os principais quadros dirigentes das empresas monopolistas, visados pelos sequestros, são autênticos capitalistas operacionais a par dos capitalistas “passivos” detentores de capital por acções. Estes agentes vitais do capital monopolista captam uma parte da mais-valia extraída aos operários, sob a forma de uma remuneração anual que pode rondar, segundo a própria imprensa do patronato, o equivalente a 3 a 12... séculos de salário mínimo nacional, que atinge neste momento os 1.150 euros mensais, um valor miserável para o custo de vida francês.

Esta vaga de sequestros acontece num momento em que o governo tem a ousadia de restituir a 834 dos 14 mil homens mais ricos do país (com um património fiscal declarado superior a 15,5 milhões de euros) um cheque no valor 358.261 euros, o equivalente a 30 anos de salário mínimo... O total das restituições de impostos aos mais ricos do país atinge agora a bonita soma de 458 milhões de euros!

Convém recordar, tendo em atenção os mais desatentos, que toda esta riqueza (escandalosa e desumanamente distribuída) nos pertence integralmente, porque é simplesmente o produto do trabalho social. *“Tout est a nous”* (É tudo nosso), é aliás o título de um novo jornal revolucionário que acaba de surgir nas bancas...

Manuel Vaz

As crises na era senil do capitalismo

A crise actual do capitalismo é mais uma das muitas que o sistema superou na sua história, ou o que se passa é algo de novo, a ponto de os remédios do passado não servirem? O que está em causa: mais um ciclo de “renovação”, ou a sobrevivência do próprio capitalismo? São estas questões importantes que o artigo (aqui abreviado) do economista argentino Jorge Beinstein aborda. A resposta da parte dos trabalhadores, que é o campo que nos interessa, depende do conhecimento do que se passa diante dos nossos olhos.

Incerteza

Incerteza é a palavra que melhor define o clima psicológico actual. Todos os precedentes capitalistas desta crise mostram-se sem préstimo no momento de entender o que está a acontecer. A imagem da “terra incógnita”, da entrada num território desconhecido vai-se impondo entre as elites das grandes potências.

A ilusão da auto-regulação do mercado financeiro esfumou-se, os *gurus* da especulação esconderam-se ou mudaram de discurso pedindo ajuda a outros deuses; os da intervenção estatal, precisamente aqueles que, há poucas décadas, tinham sido atirados para o baú dos velhos objectos inúteis. Mas até agora a nova-velha magia intervencionista demonstrou a mais completa impotência: vários milhões de milhões de dólares, euros e outras moedas fortes (fortes?) foram lançadas no mercado em espectaculares operações de salvamento com resultado nulo. O mercado financeiro não se auto-regula nem sequer aceita ser regulado. Uma avalanche de acontecimentos sepultou por completo os prognósticos conservadores dos triunfadores da Guerra-Fria, o futuro já não será “mais-do-mesmo”.

A crise financeira é gigantesca mas também o são as “outras crises” umas mais visíveis e virulentas que outras convergindo no sentido de conformar um fenómeno inédito. Por exemplo, a crise energética espera-nos num futuro não muito distante para desencadear novos golpes inflacionários, quando a extracção descer mais uns degraus ou quando a depressão económica se detenha. Por outro lado, a crise energética está associada à crise alimentar e ambas assinalam a existência de um impasse tecnológico geral que se estende ao meio ambiente e ao aparato militar-industrial, tudo isto concentrado e exacerbado

a partir do colapso financeiro nos EUA, o centro do mundo. É então possível afirmar que as diversas crises são apenas aspectos de uma única crise, sistémica, do capitalismo como etapa da história humana.

Ciclos

Uma componente importante desta crise psicológica é a constatação de que certos ciclos que pareciam reger o funcionamento económico deixaram de funcionar. Trata-se da destruição da crença de que ao fim de um determinado número de meses ou anos de vacas magras voltaria o tempo das vacas gordas e que o sistema prosseguiria o seu caminho ascendente.

Segundo uma periodização comumente aceite, as fases descendentes desses ciclos económicos durariam em média cerca de 22 anos. Mas no caso presente essa fase descendente já dura há 40 anos (de 1968 a 2008) e não é demasiado ousado prever o seu prolongamento pelo menos por mais um lustro. De acordo com o modelo teórico, a recuperação devia ter começado em meados da década passada, mas isso não ocorreu então e também não aconteceu nesta década.

Pior ainda: cada fase ascendente costuma estar associada a grandes inovações tecnológicas que modificaram os sistemas de produção e os estilos de consumo. Foi assim durante a primeira revolução industrial com a máquina a vapor e a expansão da indústria têxtil; nos meados do século XIX com o aço e o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro; no final do século XIX com a electricidade, a química e os motores; e com a electrónica, a petroquímica e os automóveis em meados dos anos 1940, no início do último ciclo ascendente. O mesmo “devia-ter-sucedido” na



década de 1990, atravessada por grandes inovações em informática, biotecnologia e novos materiais – no entanto, essas mudanças técnicas não modificaram positivamente o curso dos acontecimentos, pelo contrário, acentuaram as suas piores características.

Por exemplo, a informática: quando avaliamos o seu impacto segundo a importância da actividade económica envolvida verificamos que a sua principal aplicação se deu na área do parasitismo financeiro cujo volume de negócios (uns mil milhões de milhões de dólares) equivale actualmente a umas 19 vezes o produto bruto mundial. Isto permite-me colocar a hipótese de que podemos actualmente defender que os ciclos económicos largos perderam validade científica – a fase descendente do último destes ciclos foi triturada pela nova realidade: a economia mundial completamente hegemonizada pelo parasitismo financeiro obedece a uma dinâmica radicalmente diferente da que vigorou durante a era do capitalismo industrial.

Senilidade

O fim das rotinas e a chegada de um tempo de desordem geral dão-nos conta de que o mundo burguês não se encontra perante uma doença passageira, mais uma “crise cíclica” dentro do grande ciclo, único e supostamente vigoroso, do

capitalismo, mas antes face a uma crise de enorme amplitude em que as doenças se multiplicam não por um capricho do destino mas porque o organismo, o sistema social universal, está muito velho.

O capitalismo mundial entrou na etapa senil nos anos 1970, quando o parasitismo se tornou hegemónico. Ao longo dessa década e do primeiro lustro dos anos 1980 ocorreram factos decisivos nos EUA, entre eles o início do declínio da sua produção petrolífera, a decisão do governo de Nixon de acabar com o padrão dólar-ouro, a derrota no Vietname, a que se juntaram os défices comerciais e fiscais crónicos e a subida incessante das dívidas pública e privada, a concentração de rendimentos, o consumismo, a elitização e degradação do sistema político, etc.

Tudo isto derivou – em começos do século XXI, quando rebentou a bolha bolsista – para uma situação extremamente grave a que o Império respondeu com uma desesperada fuga para a frente: radicalizou a sua estratégia de conquista da Eurásia desenvolvendo grandes operações militares (Iraqe, Afeganistão) e reanimou a especulação financeira fazendo inchar a bolha imobiliária, voltando, graças a ela, a fazer inchar a bolha bolsista. Diante da crise do parasitismo financeiro decidiu impulsionar uma onda parasitária muito maior que a anterior. Não se tratou de um

“erro estratégico” mas de uma consequência estratégica lógica inscrita na dinâmica dominante do sistema de poder.

Um primeiro indicador de senilidade é a decadência dos EUA em resultado de um longo processo de degradação. A “globalização” desenvolvida desde os anos 1970 implicou um triplo processo: o aburguesamento quase completo do planeta (a cultura do capitalismo tornou-se verdadeiramente universal ao derrotar a URSS e ao integrar a China), a financiarização integral do capitalismo (hegemonia parasitária) e a unipolaridade, instalação do Império norte-americano como poder supremo mundial. Principal consumidor global e área central dos negócios financeiros internacionais ao que se junta o facto decisivo da “norte-americanização” da cultura das classes dominantes do mundo. É por isso que o declínio (senilidade) dos EUA, para além das suas consequências económicas (ou incluindo as suas consequências económicas) constitui o motor da decadência universal do capitalismo.

O crescimento parasitário dos EUA foi o amortecedor fundamental da crise de sobreprodução crónica das grandes potências, mas agora a bolha imperial desincha e o capitalismo global entra na depressão.

Um segundo indicador de senilidade é a interacção entre os fenómenos: a hipertrofia financeira global e a desaceleração de longo prazo da economia mundial. No começo do século XXI chegámos à financiarização integral do capitalismo, as redes especulativas impuseram a sua “cultura” de curto prazo e depredadora que passou a ser o núcleo central da modernidade. Presenciamos um ciclo vicioso: a crise crónica de sobreprodução iniciada há quatro décadas comprimiu o crescimento económico desviando excedentes financeiros para a especulação cujo ascenso operou como um *mega* aspirador de fundos sobranes do investimento produtivo.

A economia mundial cresce cada vez menos e ainda por cima depara com um tecto energético que bloqueia o seu desenvolvimento o que aponta a incapacidade tecnológica do sistema para superar a armadilha do esgotamento dos recursos naturais não renováveis.

A associação entre a crise energética, a crise alimentar e a crise ambiental põe a descoberto

um terceiro indicador de senilidade: o bloqueio tecnológico. É útil o conceito de limite estrutural do sistema tecnológico como o ponto em que o dito sistema é incapaz de aumentar a produção a um ritmo que permita satisfazer as necessidades humanas crescentes. É assim possível formular a hipótese de que o sistema tecnológico do capitalismo estará a chegar ao seu limite superior, a partir do qual deixa de ser o pilar decisivo do desenvolvimento das forças produtivas para se converter na ponta de lança da sua destruição.

Um quarto indicador de senilidade é a degradação estatal-militar posta em evidência pelo fracasso da aventura dos falcões norte-americanos mas que expressa uma realidade global. O estado intervencionista permitiu controlar as crises capitalistas ocorridas desde começos do século XX. O seu ascenso esteve sempre associado ao do militarismo. Mas finalmente o desenvolvimento das forças produtivas universais, até chegar à sua degeneração parasitária-financeira actual, acabou por ultrapassar os seus reguladores estatais submergindo-os na maior das suas crises.

Esta decadência estatal inclui a do militarismo moderno evidenciado pelo atolamento militar do Império no Iraque e do conjunto do ocidente no Afeganistão. Trata-se de um duplo fenómeno: por um lado, a ineficácia técnica desses super-aparatos militares para ganhar as guerras coloniais e, por outro, o seu gigantismo operando como acelerador da crise. O caso norte-americano é exemplar (e sobre-determinante): a hipertrofia bélica aparece como um factor decisivo dos défices fiscais e da corrupção generalizada do Estado.

Um quinto indicador de senilidade é a crise urbana desencadeada na era neoliberal e que se agravará exponencialmente ao ritmo da crise actual. Desde começos dos anos 1980, quando a desocupação e o emprego precário nos países centrais se tornaram crónicos e quando a exclusão e a pobreza urbanas se expandiram na periferia, o crescimento das grandes cidades foi cada vez mais o espelho da degradação das condições de vida das maiorias. A decomposição das cidades é claramente visível na periferia mas não é seu exclusivo: trata-se de um fenómeno global ainda que os primeiros colapsos se dêem no

mundo subdesenvolvido, expressões mais agudas de uma onda multiforme irresistível.

A crise de sobreprodução iniciada em finais dos anos 1960 foi amortizada; o sistema continuou a crescer mas na base da expansão da depredação ambiental e do parasitismo, principalmente financeiro, que passou a controlar por completo o conjunto do mundo burguês inaugurando a era senil do capitalismo.

É neste novo contexto que se foi preparando o grande estouro que hoje presenciamos cujo detonador foi o colapso financeiro de 2008. A partir daí o capitalismo vai deixando (rapidamente) de ser um sistema velho que cresce cada vez menos e com maiores custos sociais para se tornar numa força destruidora das forças produtivas e do seu contexto ambiental.

Quatro esperas inúteis

Neste contexto de crise sistémica, civilizacional, quero referir quatro esperas inúteis que florescem nos círculos do poder e suas periferias.

A primeira, que sobredetermina as outras, é a da chegada de um novo ciclo de prosperidade produtiva do capitalismo aguardado na década passada e na actual. Ela não poderá chegar porque a estrutura económica que engendrava estes ciclos desapareceu, vítima do

parasitismo financeiro.

A segunda refere-se à chegada milagrosa de um novo keynesianismo que, arvorando a espada do intervencionismo estatal, cortaria a cabeça aos malvados especuladores financeiros colocando no centro da cena os bons capitalistas produtivos. O novo herói keynesiano não chegará porque o seu instrumento decisivo, o Estado, é impotente diante da maré financeira e mais ainda perante o oceano da crise sistémica, para mais degradado como está pela grande festa neoliberal. E ainda porque os bons capitalistas produtivos não aparecem – aparecem, sim, os génios da especulação financeira.

A terceira espera inútil é a do renascimento do Império. Depois de quase quatro décadas de decadência, sobrecarregado de dívidas, degradado pelo consumismo, com uma cultura produtiva seriamente deteriorada, não existe nenhum indício sério desse suposto renascimento.

Finalmente, a quarta espera inútil é a de um novo Império capitalista ou uma nova aliança imperial, um novo centro do mundo burguês. A parceria total entre as grandes potências afasta por completo esta expectativa (a dita parceria é resultado de um longo processo de integração que acabou por conformar um sistema global fortemente inter-relacionado).

Jorge Beinstein

Adaptado de www.rebellion.org



Uma imagem da nossa miséria colectiva

Um médico de 72 anos, reformado, assiste em Janeiro de 2009 à reconstituição da morte do seu filho, um ano e meio depois de a polícia lhe ter batido à porta para o informar de que Olivier fora morto por um polícia “que tinha tido de fazer uso da arma”. A justificação da polícia não o convence. Os factos dão-lhe razão, mas a Justiça não se sabe se lhe dará.

Olivier Massonnaud, de 38 anos, foi morto em Poitiers, numa noite de Agosto de 2007, atingido a tiro por um agente. Nessa noite, Olivier – divorciado, com um trabalho intermitente de guia turístico, com dois filhos de 10 e 11 anos que vê ao fim de semana – tinha bebido demais. Uma zanga com uma amiga alerta os vizinhos, que chamam a polícia. À janela, Olivier aponta uma faca de cozinha ao próprio pescoço dizendo para a polícia “Não tenho nada a perder”. Resposta: “Força, isso é bom para toda a gente”. Olivier foge pela cobertura do prédio e fica encurralado num pátio, escondido entre uma parede e um carro.

“Sai daí”, grita um agente. Olivier levanta-se com os braços erguidos acima da cabeça, segundo o testemunho de um dos polícias presentes. Um outro polícia dispara e mata-o de imediato com um tiro no peito. Olivier não tinha nenhuma arma. O autor do disparo não foi sujeito a qualquer exame, permanece ao serviço e goza do estatuto de testemunha no processo. O advogado que o defende afirma que “não há infracção, tudo aponta em direcção a uma legítima defesa”.

Uma época. De vez em quando tropeçamos em factos que são paradigmáticos: são a expressão condensada duma norma, dum modelo. De repente, uma época encarna num acontecimento e nos papéis desempenhados por determinados actores sociais.

A vítima. Um fulano das classes médias, com trabalho precário e falta de dinheiro, que bebe para esquecer. Representa os pequeno-burgueses ameaçados de ruína e de proletarização. Tem todos os traços do desclassificado: álcool, divórcio, dívidas, solidão, vazio de espírito...

A loucura. Na medida em que os problemas sociais gritantes colocados pela sociedade de hoje se agravam sem solução, o sujeito-vítima é levado à beira da loucura. O Estado não só criminaliza a luta social colectiva como conduz a revolta individual para o hospital psiquiátrico.

Os vizinhos. Amedrontados, fechados em casa, bisbilhoteiros, indiferentes, denunciadores. O tecido social solidário está em farrapos.

A polícia. Onnipresente! Está por todo o lado e em todo o lado semeia a insegurança. Soluciona os problemas sociais radicalmente: elimina fisicamente todos os que seguem um comportamento desviante, não respeitador das normas estabelecidas, não conformado com a própria miséria. Eliminar os transviados, os fracos, é coisa “que dá jeito a toda a gente” – diz sabiamente o assassino ajuramentado. É o espelho de um Estado carrasco moldado hoje à imagem do anão Sarkozy.

Veremos pior. Até quando?

Manuel Vaz

E não se pode exterminá-los?

Há os “capitalistas honestos”. São os que exploram legalmente. Mas nos últimos tempos, temos sabido da vida de muitos “capitalistas desonestos”: os que foram apanhados à margem da lei. Dados recentes sobre alguns da segunda categoria:

Apareceram nas mãos de Rui Machete, guardadas na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (!), umas actas desaparecidas da Sociedade Lusa de Negócios que, por sinal, importam para averiguar as falcatruas cometidas no BPN.

Em Braga, o presidente da Câmara Mesquita Machado escolheu Domingos Névoa, recentemente condenado (a leve multa) por corrupção activa, para presidente de uma empresa municipal.

Alípio Dias descarta-se das broncas verificadas no BCP, de que foi administrador, passando as culpas para o colega Filipe Pinhal: desconhecia tudo o que era ilegal e assinava tudo de cruz.

O presidente da Câmara de Oeiras, Isaltino Morais, a ser julgado por enriquecimento ilícito, tem sido um exemplo de franqueza: assume a fuga ao fisco, etc. afirmando que fez apenas o que todos os detentores de cargos políticos fazem.

No caso Freeport, para além do que já foi denunciado, surge agora a notícia de pressões de Lopes da Costa (correligionário de Sócrates e magistrado do Eurojust) sobre os procuradores que investigam o caso.

“Honestos” ou “desonestos”, quando seremos capazes de acabar com uns e outros?

Carlos Completo

DITO

O desastre sobrevirá se permanecermos quietos

Eric Hobsbawm, historiador britânico (n. 1917), comentando a actual crise capitalista

